

IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

SÍNTESE AVALIATIVA

EIXO I - O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AVANÇOS

Descrição	Ocorrências
Aumento de repasses pela SMADS (orçamento da Assistência Social passou de 1,8% para 2,7% do orçamento municipal) possibilitou ampliação dos serviços da rede (CRAS, CREAS, SAS, SASF, SAICA, NPJ, CCA, MSE), garantindo recursos adicionais para melhoria do espaço físico, locação de imóveis e melhoria da qualidade de alimentação, com ampliação da acessibilidade aos serviços assistenciais.	18
Ampliação da rede socioassistencial e dos serviços da proteção básica e especial e dos programas de transferência de renda, não somente em quantidade, mas em tipologia, com requalificação de alguns serviços e melhoria de acessibilidade.	15
A população adquiriu mais conhecimento sobre o trabalho da assistência social e quando procurar os profissionais, devido ao fortalecimento da rede socioassistencial e dos fóruns locais, com maior participação dos usuários e representantes das ONGs, que passam a ter melhores informações sobre seus direitos e deveres. Exemplos: plenárias com usuários para criação dos conselhos gestores nas unidades do SUAS; pré-conferências; audiências públicas de prestação de contas e discussão do orçamento da Assistência Social.	8
Evolução técnica na gestão do orçamento pelo Poder Público Municipal: adesão aos financiamentos estaduais e federais; decreto para aquisição de material permanente e bens duráveis; formulação do plano de assistência social somado aos instrumentos orçamentários (LOA, PPA, LDO); garantia do pagamento de IGD para qualificar a gestão; mais transparência na informação sobre uso dos recursos; normatização do financiamento dos serviços, com regulação de parâmetros para aplicação de recursos para os serviços socioassistenciais da rede conveniada realizada pelo município de São Paulo.	7
Garantia de recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências e para transporte e alimentação dos conselheiros da sociedade civil, especialmente os usuários, visando à participação nas atividades relacionadas ao controle social.	7
CRAS/CREAS instalados em espaços não compartilhados com outros serviços legitima e fortalece a identidade da assistência social e de seus funcionários.	4
Qualificação dos trabalhadores da rede socioassistencial, ainda que de maneira autônoma, inclusive em nível de pós-graduação para servidores públicos.	3
Consolidação do SUAS em lei, reconhecendo a Assistência Social como direito e garantindo a implantação da política de Assistência Social.	2
Tipificação dos serviços socioassistenciais, em âmbito nacional e local (portarias 46 e 47), possibilitou ampliação dos serviços e ampliação/qualificação de recursos humanos, resultando em unidade na prestação de serviços, aumento de usuários atendidos e melhoria da qualidade.	2
Ampliação do CADÚnico nos territórios.	2
Responsabilidade compartilhada entre os entes federados.	1

Acolhimento dos usuários de drogas e familiares pela reestruturação da rede socioassistencial.	1
Exigência da vistoria dos equipamentos em todos os serviços, no que tange a questões de acessibilidade, higiene etc.	1
Autonomia dos serviços para a realização das atividades.	1
Extinção das CAS.	1

DIFICULDADES

Descrição	Ocorrências
Falta de recursos financeiros para contratação de recursos humanos suficientes e qualificados para atender à demanda atual e falta de concursos públicos. A limitação no quadro de recursos humanos impede a ampliação da rede de serviços e o atendimento direto à população.	15
Ausência de política de Estado para o custeio do serviço socioassistencial desequilíbrio econômico e financeiro dos contratos de prestação de serviços pelas entidades: o repasse mensal pelo poder público não acompanha a atualização inflacionária nem o reajuste anual, desconsiderando convenção coletiva da categoria, além de não acompanhar o dissídio, bem como os índices dos outros itens dos convênios.	10
A informação existe, mas não está publicizada de forma adequada. Exemplos: linguagem inacessível e pouca divulgação das peças orçamentárias; pouca divulgação das atividades e ações do SUAS, em especial dos espaços de controle social.	5
Capacidade limitada de execução direta da política de assistência social: CRAS e CREAS implantados até o momento são insuficientes; falta de concurso público para o atendimento da NOB-RH; ingerência de recursos federais disponibilizados ao município por questões ideológicas e partidárias.	4
Burocracia para utilização dos recursos financeiros, que não permite remanejamento para suprir outras necessidades, tanto nos CRAS quanto nas entidades conveniadas.	4
Falta apropriação por parte dos usuários, trabalhadores e ONGs nas políticas públicas de assistência social, por conta da dificuldade de envolvimento por parte dos usuários na construção do plano plurianual e em todas as etapas da política de assistência social / Falta de participação e formação dos usuários e dos profissionais do SUAS nos processos decisórios do Sistema e quanto ao processo orçamentário.	3
Falta de comando único (municipal e estadual) que, entre outras dificuldades, gera desvios de finalidade na implementação dos recursos orçamentários na função programática 8 - Assistência Social. Exemplo: Emendas parlamentares à margem dos fundos e do controle social e grande parte dos recursos orçamentários estaduais que são destinados para convênios diretamente com as organizações; baixa participação do Governo do Estado de São Paulo (gestão Alckmin), no financiamento dos serviços de assistência social no município e descompasso entre repasse e execução.	3
Dificuldade de espaços físicos adequados para implantação de novos serviços / Dificuldade de locação e adaptação de imóveis para os serviços socioassistenciais em lugares de alta vulnerabilidade.	3
Faltam serviços na rede socioassistencial dificultando o acesso da população, a exemplo de programas e serviços socioeducativos e profissionalizantes para crianças e adolescentes.	3
Não intersectorialidade e interlocução entre as políticas públicas.	3

Percentual do orçamento para assistência social não foi elevado / Pouca dotação orçamentária.	2
Desrespeito às deliberações dos conselhos, principalmente em relação às propostas orçamentárias, somado ao descompasso dos planejamentos anuais dos conselhos com o ciclo orçamentário, resultando, entre outras dificuldades, no baixo índice de serviços executados diretamente pelo município.	2
Dispersão dos recursos de cofinanciamento em programas e projetos não previstos no SUAS / Pouca compreensão sobre o cofinanciamento no SUAS.	2
Não implementação ou morosidade na implementação das deliberações das conferências anteriores.	2
Dificuldade, pelos usuários, de acessar benefícios eventuais em função da redução dos recursos transferidos pelo município e destinados a este fim.	2
Valores per capita são insuficientes para execução dos serviços.	1
Extinção da Desvinculação da Receita da União (DRU).	1
Não aprovação da lei de parcerias.	1
Incompatibilidade das Portarias 46 e 47 frente aos serviços prestados.	1
A destinação mínima de três por cento do recurso do IGDSUAS, a gestão dos serviços e benefícios, questionamento do programa Bolsa Família, especificidades da política da assistência social, para não ser confundida com outras políticas públicas e a falta de transparência regionalizada e descentralizada dos recursos.	1
Falta de avaliação que demonstre efetividade das ações desenvolvidas que permitam a manutenção do financiamento ou a sua expansão.	1
Lentidão no processo de certificação das organizações pelo COMAS.	1
Falta de capacitação/formação continuada para conselheiros tutelares, que estão despreparados para dar suporte aos serviços.	1
Centralização das atividades de capacitação no ESPASO dificulta o acesso.	1
A gestão do território Cidade Ademar e Pedreira ainda está confusa.	1
Não repasse do valor de alimentação dos funcionários das ONGs conveniadas à Prefeitura Municipal.	1
Ausência total de Política de Habitação Popular em consonância com o Estatuto da Cidade e com o Plano Diretor.	1

OBSERVAÇÕES

Descrição	Ocorrências
As deliberações 02/2011, 04/2011, 29/2009 e 48/2009 constam como “em andamento”, mas na realidade devem constar como “não implementadas”.	4
Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH.	3
As vistorias dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos foram feitas, mas não houve repasse de recurso público para melhoria e adequação, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	2
A discussão de financiamento da Assistência Social passa por revisão da Constituição Estadual de Assistência Social de São Paulo, uma vez que já está aprovada uma política permanente de educação pelo Conselho Nacional de Assistência Social.	2
As justificativas dadas agravam o desrespeito às deliberações das conferências anteriores. Ex.: As justificativas das deliberações 31/2009, 04/2011 e 05/2011 são	2

semelhantes.	
A baixa efetividade das deliberações definidas em conferências anteriores (neste eixo, das 27 apenas uma implantada).	1
Aprimorar canais e meios de publicização dos dados de monitoramento das deliberações das conferências.	1
Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH.(O grupo acredita que essa deliberação não está nem em andamento, ela não foi efetivada)	1
Atenção especial para o fomento das Comissões Regionais para preparação e acompanhamento permanente das Conferências Municipais.	1
É necessário aumentar o número de vagas para pessoas em situação de rua, melhoria dos espaços físicos e atividades para esses usuários e cursos profissionalizantes para a inclusão social de todos os usuários da rede.	1
Investimento em capacitação continuada, tanto da diretoria das organizações e entidades, como no quadro de recursos humanos dos serviços e da rede conveniada.	1
Estímulo aos usuários para participação de qualidade no PPA.	1
O grupo entende que as deliberações não implementadas, devem ser consideradas e mantidas para garantir a sua implementação.	1
Sugestão de deliberação para o Eixo 4: Apoio da SMADS às organizações sociais para obtenção de Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social.	1
Os CRAS devem ter uma conduta unificada com relação aos procedimentos de trabalho (uso dos recursos, organização do processo de trabalho, celebração das parcerias etc.).	1
Os avanços não são suficientes para atender à vulnerabilidade social do território.	1
Ausência de representante do COMAS nas audiências públicas e demais reuniões regionais (São Miguel), bem como uma devolutiva da participação nessas atividades.	1
A capacitação é de responsabilidade da SMADS e não somente do ESPASO.	1
Melhoria do diálogo com a SMADS, aumento do percentual mínimo do recurso do IGDSUAS, maior controle dos recursos por parte dos municípios, fortalecimento do COMAS para o papel de fiscalizador do cofinanciamento do SUAS, maior interlocução e parceria com as secretarias de educação, saúde e emprego.	1
Prever no orçamento o aumento da rede socioassistencial.	1
No site da SMADS faltam informações sobre a pré-conferência de Perus (a data).	1
A deliberação 36/2011, que consta como não implementada, já começou a ser trabalhada pelo COMAS. O orçamento e infraestrutura necessária para o controle Social entraram recentemente em pauta.	1
Fiscalização surpresa nos serviços (recomendação)	1
A ampliação da rede socioassistencial ocorreu, mas os serviços são insuficientes para o atendimento da demanda existente.	1
Promover a equiparação salarial e valorização dos profissionais da assistência social (direta e conveniados) para com os profissionais da saúde	1
A deliberação 31/2009 diz respeito às equipes que já fazem parte da rede, mas a justificativa diz respeito ao fato de seu orçamento com propostas de expansão orçamentária em acordo com o diagnóstico de vulnerabilidade social e regional.	1
Vinculação do debate junto à PEC 431.	1
O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um recurso de responsabilidade apenas da esfera da União.	1

EIXO II – GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSO DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

AVANÇOS

Descrição	Ocorrências
Aumento dos serviços oferecidos para a população, com novos postos criados e no acesso aos serviços socioassistenciais.	19
Sistematização e análise dos dados, com monitoramento de qualidade por meio da utilização de instrumentos e indicadores sociais: implantação do Banco de Dados nos CRAS/CREAS; introdução de instrumentais de monitoramento e avaliação; desenvolvimento de instrumentais mais abrangentes e unificados, principalmente no CCA e CJ; funcionamento do SISRUA, em processo de adequação e reparo.	12
Implantação de novos serviços como SASFs, SAICAs, NCI e CCAs nas áreas de alta demanda e de CREAS, hoje não mais vinculado ao CRAS, com ampliação da equipe técnica adequada, aumento da verba e expansão dos atendimentos principalmente da rede domiciliar.	7
Descentralização, territorialização e criação de novos serviços na Assistência Social de maneira geral. Ex: Mudança da localização geográfica do CRAS Lajeado.	7
Portaria 46 e 47/2011.	3
A discussão no território sobre controle social e a formulação de Políticas Públicas fortalece o desenvolvimento do trabalho quanto à problemática que afetam a vida coletiva e o retorno do setor local do Observatório de Políticas Sociais que realizará estudos da demanda e do plano de expansão dos serviços.	3
Ampliação da possibilidade do trabalho da assistência em rede. Ex: eventos da Rede de enfrentamento contra exploração sexual de crianças e adolescentes e da Rede SUAS Capela do Socorro; reuniões frequentes da rede intersetorial Guaianases-Lajeado do Fórum Regional de AS da Guaianases-Lajeado e do Fórum do Idoso dessa região que também acontecem articuladas com o FAZ; União entre Fórum da Criança e do Adolescente de Sapopemba e Tecendo a Rede.	4
Há avanços nos programas de geração de trabalho e renda para famílias em situação de extrema pobreza, mas ainda não atendem à demanda do território.	2
Fortalecimento e ampliação do serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF.	2
Apesar das restrições no atendimento, o PRONATEC é um avanço.	2
Aumento do recebimento mensal da verba conveniada para todos os serviços (18%).	1
Contratação de uma empresa terceirizada para o cadastro de famílias que pleiteavam o PTR, que permitiu agilizar e expandir o atendimento.	1
Relativo aumento na troca de informação entre os serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social.	1
Com a tipificação dos serviços cada segmento passou a conhecer o seu papel e maior qualificação do trabalho.	1
Implantação do FAS/M´Boi Mirim, que nasceu da Conferência de 2011.	
Supervisão coletiva do CRAS e CREAS.	1
Ampliação da comunicação entre esfera pública e terceiro setor.	1
Implementações de ações para idosos, bem como ampliação de serviços socioassistenciais. Ex.: região da Vila Mariana.	1

DIFICULDADES

Descrição	Ocorrências
Dificuldade de sistematização dos dados com os instrumentais existentes e dificuldades na alimentação dos bancos de dados dos CRAS e CREAS; enfoque deve ser no resultado dos serviços; as informações sobre usuários e possíveis usuários estão desatualizadas e a criação de serviços tem se dado sem ter por base o estudo de necessidades; dificuldade de acesso aos dados oficiais de vulnerabilidade e de ouvir o território nas ações de vigilância; instrumentais de avaliação dos serviços são ambíguos e falta capacitação para preenchimento desses documentos; falta de caráter qualitativo na obtenção e análise de dados; não estão disponíveis dados referentes aos usuários e às demandas, resultando na ausência de um sistema de informação unificado da rede relativo à notificação dos casos de violência e dificultando a prevenção destas situações; não existe a publicização dos dados dos serviços e demandas socioassistenciais de forma sistemática.	24
Dificuldade no atendimento e no diálogo intersetorial entre os vários programas da assistência social e outras secretarias como Saúde e Educação (municipal e estadual).	15
Apesar do aumento, os serviços implantados ainda são insuficientes para atender todas as pessoas que necessitam de atendimento e principalmente falta de recursos humanos nos CRAS, CREAS e serviços da rede socioassistencial, com acessibilidade a maior número de beneficiados (juventude, população em situação de rua, usuários de drogas etc.) e funcionamento efetivo.	10
Timidez da justificativa da deliberação 52/2011: o orçamento está somente indicado, não empenhado.	9
A justificativa referente à deliberação 55/2011 está incompleta, pois não se garante alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada.	8
Falta de investimento concreto nos observatórios, com técnicos especializados; não há descentralização do observatório na SAS; falta interesse político; dificuldade de acesso dos usuários ao material (impresso e digital), devido ao fato de uma diferença nas linguagens; não há consulta junto aos profissionais da assistência; não há clareza de quais os dados serão contemplados; falta interesse político; ausência de um demonstrativo de avanços subjetivos e contribuições intersetoriais; não existem parâmetros de análise.	7
Processo de funcionamento geral da política socioassistencial ainda muito fragmentado, com baixa integração dos diversos serviços, programas, projetos e benefícios, o que dificulta a visualização dos resultados efetivos na execução dos serviços e benefícios aos usuários; excessiva burocratização dos fluxos de comunicação entre a Proteção Básica e Especial.	6
Descumprimento da NOB-RH com equipe mínima de atendimento; poucos funcionários no CRAS e CREAS; equipe insuficiente específica para cadastramento; falta de esclarecimento aos usuários sobre seus direitos sociais.	4
Insuficiência de RH para toda a rede socioassistencial como CRAS, CREAS e outros serviços, o que impede o atendimento adequado à população e a busca ativa.	4
Falta de implementação de sistema de comunicação (interno e externo) eficiente e funcional, que estabeleça canais de informação com a sociedade, utilizando linguagem simples e acessível.	3

Garantir a existência de recursos financeiros e infraestrutura para serviços socioassistenciais de qualidade que atendam as necessidades específicas das SAS, de acordo com a demanda.	3
Criar uma forma de avaliação que assegure a veracidade, a credibilidade, a confiança e o grau de satisfação do usuário, com adequação dos indicadores socioassistenciais à realidade local.	2
O balancete financeiro não é divulgado em nenhum tipo de serviço da assistência social.	1
Não implantação dos conselhos gestores do CRAS e do CREAS conforme previsto na política.	1
A tipificação dos serviços da assistência Social.	1
Dentro da política pública, a Assistência Social está sempre em último lugar.	1
Realizar capacitações nas questões referentes ao SUAS para os serviços da rede socioassistencial conveniada, bem como fortalecer as parcerias entre as partes.	1
Os pais não estão envolvidos na matrícula dos filhos.	1
Falta Centro de Acolhida para transexuais, pessoas com deficiências físicas e mentais, mães com filhos maiores de 12 anos do sexo masculino e família e imigrantes.	1
Falta de serviços socioassistenciais que atendam crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.	1

OBSERVAÇÕES

Descrição	Ocorrências
A deliberação 32 de 2011 não está implementada, mas em andamento. Necessidade de estabelecer processo continuado.	5
A proposta 55/2011 não condiz com o eixo e não se adequa à Política da Assistência Social, precisando ser reformulada. Sua justificativa não responde ao enunciado.	5
Como o RH é insuficiente, sobrecarrega os funcionários. Falta concurso público.	4
Nos avanços, a deliberação 57 está intimamente ligada à deliberação 52, pois o acesso aos usuários e usuárias está ligado à descentralização dos serviços.	2
A SMADS não se apropriou das pesquisas de qualidade de atendimento eventualmente realizada nos serviços, além do instrumental ser desenvolvido localmente e não haver modelo único de avaliação.	2
Não se podem priorizar somente as famílias beneficiárias dos PTRs, mas também pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.	2
Necessidade de ampliar a compreensão sobre a complementaridade das políticas públicas e dar continuidade às ações e a necessidade emergente de organização entre os trabalhadores socioassistenciais e os usuários do SUAS.	1
Necessidade de maior oferta de cursos aos adultos, regionalizados e noturnos.	1
Os CRAS não atendem à demanda do território.	1
Dificuldade na locação de imóvel para os serviços, devido a documentação irregular.	1
A Portaria 46 e 47/2011 é um avanço, mas há necessidade de ser revista.	1
As subprefeituras devem concentrar a articulação intersetorial.	1
Necessidade de melhor apropriação do banco de dados pelos trabalhadores e técnicos do serviço socioassistencial.	1
Formar equipes técnico-administrativas de CRAS e CREAS mediante concurso público.	1

A criação dos 60 CRAS e CREAS deve ser em locais com real necessidade.	1
Encarar o direito à alimentação como uma questão de integração entre a política de Assistência Social e a política de Saúde	1
Necessidade de ampliação de oferta de serviços conveniados.	1
Desenvolver e aprimorar formas de participação (gestão participativa).	1
Faltam programas que atendam crianças, adolescentes e idosos da Vila Santa Catarina.	1
Não instalação de CCA por falta de espaço físico adequado.	1
Tentar garantir acessibilidade ao espaço ocioso localizado na Rodovia dos Imigrantes – PEFI.	1
Nos desafios, as deliberações 9 e 37 foram implementadas em algumas regiões, a ponto de ser cobrado de trabalhadores sociais, e em outras não.	1
Embora os usuários tenham se aproximado da Rede de Assistência, é interessante sua maior participação em fóruns, conferências e audiências públicas.	1
A linguagem nas deliberações das conferências deve ser acessível.	1
Os instrumentais utilizados para prestação de contas não condizem com a realidade da oferta de serviços.	1

EIXO III – GESTÃO DO TRABALHO.

AVANÇOS

Descrição	Ocorrências
Padronização e qualificação dos serviços socioassistenciais por meio de Portarias e Normas Técnicas, a exemplo das portarias 46 e 47, que possibilitaram criação de alguns cargos e ampliação de outros.	10
Ampliação do número de CRAS e implantação de CREAS (rede direta)	7
Implantação de novos serviços socioassistenciais, como Centro de Defesa da Mulher, Rede Crianças, CCAs, SAICA e os NCI.	7
Publicação da resolução no CNAS com o Plano Nacional de Educação Permanente do SUAS.	4
Caminhão móvel da assistência social para cadastramento e inclusão da população em programas de transferência de renda (BF, RM, RC) / Aumento do número de cadastradores permitiu agilidade no cadastramento e na contemplação dos benefícios PTR.	4
Criação de um novo cargo de assistente técnico (CCA e CJ) e redução da carga horária de trabalho de assistente social para 6 horas.	4
Administração direta da verba de alimentação por parte da rede conveniada.	3
Parceria com instituições de ensino da rede privada para a capacitação e qualificação dos trabalhadores da rede direta / Expansão da rede com capacitação inicial / Redesenho do ESPASO (perspectiva de melhora do diálogo com os territórios).	3
Trabalho da equipe multidisciplinar SASFs (psicólogo, assistente social e pedagogo).	2
Desenvolvimento da rede de serviços (discussão dos casos, conhecimento dos outros serviços e instrumentos da rede).	2
Melhoria da infraestrutura dos CRAS e CREAS.	2
Mais informações e capacitações gerando mais segurança, mas não existe uma unificação.	2
Criação do banco de dados do cidadão, com início da implementação de banco de dados pela SAS local, favoreceu acesso à situação dos usuários da assistência social.	2
Realização de concurso público para o cargo de assistente social, entretanto grande parte dos trabalhadores concursados foi para a área da saúde.	1
A existência do mapa de monitoramento do território (vulnerabilidade).	1
Com a verba de aluguel repassada pela SMADS às organizações conveniadas, foi possível aproximar os locais de atendimento dos usuários de alta vulnerabilidade.	1
Extinção das CAS apontou para maior autonomia da gestão do trabalho no território e fortalecimento dos CRAS e CREAS.	1
Recomposição de 19% da Planilha de Custeio.	1
Fortalecimento das discussões dos fóruns de assistência social.	1
Prestação de contas.	1
Implementação do sistema informatizado do CRAS/CREAS.	1
Divulgação dos direitos socioassistenciais e consequente conscientização por parte da população sobre a garantia dos seus direitos.	1
Existem espaços coletivos de discussão interna nos serviços da rede socioassistencial, mas não é divulgado de forma apropriada.	1
Elevação em 5% da verba orçamentária do município	1

DIFICULDADES

Descrição	Ocorrências
Número insuficiente de trabalhadores de serviços conveniados que atendem uma demanda diversificada, como pessoas com deficiências, dislexias, usuários de entorpecentes, pessoas em situação de rua etc.; falta de servidores para compor os novos equipamentos sociais – necessita-se tanto de servidores técnicos como administrativos, em consonância com a NOB/RH/2012; o número de profissionais é inferior à demanda do território atendido, dificultando o processo de acompanhamento das famílias/usuários e supervisão de serviços.	16
Precarização do trabalhador social, no que diz respeito a salários, falta de RH, cobranças burocráticas excessivas. A Secretaria encaminha outras atribuições ao CRAS como inclusão e manutenção de PTR, programas de qualificação profissional, avaliação de mérito social, relatórios de subsídio ao COMAS, impossibilitando a implementação e execução do PAIF pelo CRAS, que é o objetivo do serviço.	14
Os condicionantes para a formação continuada não foram implementados como: formas de subsídios a cursos de nível superior; parcerias com instituições de ensino públicas e privadas; oferecimento de bolsas de estudo para graduação e pós-graduação; cursos voltados a temáticas específicas: atendimento a pessoas com deficiência, idosos (NCI), pessoas em situação de rua, população indígena, quilombola, imigrantes, etc.; alinhamento sobre concepção de assistência social (fundamentos das políticas sociais e da política de assistência social) e a gestão do trabalho; autonomia para a escolha dos temas; capacitação específica focada no atendimento à população; formação para todos os níveis e funções (operacionais, orientadores, estagiários, agentes de proteção social, equipe técnica, assistente de coordenação, auxiliares administrativos, gerência, motoristas); alinhamento sobre concepção de assistência social; respeito às peculiaridades de cada serviço e equipe de trabalhadores, a exemplo dos que funcionam 24hs; a capacitação ainda não chegou a todas as instituições; incentivo para o profissional se capacitar dentro do horário de trabalho; dificuldade no fluxo de informações das formações e capacitações e na garantia de deslocamento dos trabalhadores até os cursos; baixa quantidade de funcionários inviabiliza a liberação deles para cursos de formação.	12
Falta de valorização salarial dos trabalhadores do SUAS.	10
Dificuldade de articulação com as demais políticas públicas quando da resolução de problemas na área da segurança e saúde.	4
ESPASO não consegue atender toda a demanda de capacitação de trabalhadores e usuários de maneira descentralizada (as regiões possuem demandas específicas).	4
Extrema defasagem de salário dos servidores públicos (nível superior), o que leva à rotatividade constante e à migração para trabalhar em outros municípios, bem como a desvalorização de cargos e carreiras, tanto em função dos valores quanto ao tempo no cargo e a carga horária semanal. A desigualdade na distribuição nas horas suplementares acirra diferenças entre os trabalhadores.	4
Baixa remuneração dos oficineiros.	4
Falta de concursos públicos e de adequação das condições de trabalho e salários do funcionário de ONGs com o funcionário público.	4
Falta de política de saúde do trabalhador da rede conveniada (adicional de salubridade, seguro de periculosidade, prevenção de riscos atendimento de saúde, em especial mental).	4

Inadequação física, territorial e funcional dos equipamentos em relação à demanda apresentada: Ex.: CREAS Perus/Anhanguera; faltam equipamentos, internet e sistemas.	3
Falta de serviços específicos como: centro de acolhidas para mães com crianças que sofreram violência doméstica; ILPIs; e serviços para jovens e adultos.	3
Tendência ao não cumprimento de deliberações: apenas uma deliberação foi implementada (32 de 2011) que não tem grande impacto na Gestão do Trabalho; o grupo não reconhece a implantação ou o andamento das deliberações apresentadas como implantadas ou em andamento e não reconhece como legítimas todas as justificativas apresentadas.	2
Necessidade de alinhar o serviço da rede e fluxo único de atendimento / planejamento do tempo para a articulação com a rede socioassistencial.	2
Falta orçamento para serviços já existentes e dificuldade em conseguir novos convênios.	2
A valorização de todos os trabalhadores do SUAS com isonomia salarial entre trabalhadores da rede estatal e privada, equiparação dos direitos trabalhistas, dissídio, aumento de RH, operacionais e gerenciais à noite.	2
Não há destinação fixa no orçamento para a política de Assistência Social nas três esferas de governo.	1
Não tem CREAS na região de Parelheiros e a quantidade de CRAS não é suficiente para atender a demanda da região.	1
Reconhecimento, planejamento, acompanhamento no uso dos instrumentais e registro/acompanhamento de sistemas informatizados, que hoje não são integrados.	1
Inadequação da nomenclatura dos cargos da Assistência Social ao Código Brasileiro de Ocupação.	1
Ausência de procedimentos padronizados na prestação de contas que garantam a prestação de contas igualitária entre todos os serviços conveniados.	1
Falta de comunicação por parte dos serviços e da rede conveniada na divulgação dos cursos técnico-profissionalizantes para os usuários.	1
Dificuldade de comunicação entre ONGs e entidades, dificuldade de encontrar salas para abrigarem as discussões, falta de acesso e visibilidade dos serviços para o trabalhador, estabelecer uma discussão com a comunidade sem possuir acesso aos serviços, desconhecimento dos usuários a respeito dos serviços e espaços de interlocução, falta de divulgação dos espaços para o trabalhador.	1
Não há conselhos gestores de políticas de assistência social.	1
A burocracia no serviço impacta na qualidade de vida do trabalhador e na qualidade do atendimento ao usuário.	1
Ausência de devolutiva dos encaminhamentos realizados para o CRAS, rede socioassistencial e de outras políticas públicas (saúde e educação).	1
Distanciamento do trabalho dos diferentes serviços da rede socioassistencial.	1
Recursos financeiros que facilitem a ampliação do quadro de funcionários.	1
Dificuldade da implementação pela quantidade na demanda de famílias no território.	1
Garantir normatização específica de serviços e instrumentais, tendo como base o levantamento dos dados no território.	1
Ausência de previsão de verba para NCI (núcleo convivência do idoso), para locação de imóvel, transporte (remoção) e alimentação (almoço ou jantar).	1
Não houve avanço nos.	2

OBSERVAÇÕES

Descrição	Ocorrências
A justificativa dada para a deliberação 29/2011 não condiz com a mesma.	11
A deliberação 06/2011 não está em andamento para o segmento da rede conveniada, necessitando de justificativa.	4
É preciso identificar quais são os profissionais mencionados na justificativa da deliberação 03/2011.	3
Dificuldade de compreensão das deliberações, devido à falta de clareza na redação das propostas de conferências anteriores. Exemplo: Deliberação 9.	2
Além da implantação de um plano de formação continuada que seja considerada a portaria da educação permanente.	1
Acelerar as deliberações que estão no papel e encaminhar as que não foram efetivadas.	1
Necessidade de parcerias entre diversas políticas públicas (saúde, esporte, educação, cultura, entre outras).	1
Garantir o concurso público, para que seja efetiva a implantação dos serviços.	1
A ampliação nos serviços socioassistenciais ainda não supre a demanda da região.	1
As deliberações 20/2011 e 32/2011, que aparecem como “em andamento”, deveriam constar como não implementadas.	1
Cursos e palestras não são suficientes para promover saúde do trabalhador.	1
A grande quantidade de instrumentais burocratizam de forma excessiva o trabalho a ser realizado.	1
Para algumas organizações não houve resultados consistentes. Se houve avanços, ainda não chegaram para alguns serviços. Por exemplo: foi criado um banco de dados, mas não tornou o trabalho mais prático, pois não é atualizado com frequência e nem todos tem acesso.	1
O momento do encaminhamento do usuário para serviços da assistência ou para outras secretarias gera fragilidade aos trabalhadores da assistência social.	1
A proposta 03/2011 segue com a observação: A justificativa da proposta se refere a uma necessidade específica do poder público na realização de concurso público.	1
Proposta 21/2011 deve ser realocada em novo eixo por não ser pertinente ao eixo da gestão do trabalho e sugerimos que haja uma flexibilização das normas quanto à infraestrutura física para implantação de novos serviços.	1
A deliberação 31 está sendo parcialmente implementada, ao contrário do que consta no caderno da conferência.	1
Proposta de nova redação da deliberação 52: “Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS, priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.”.	1
Importância do cumprimento das resoluções a respeito do pagamento de salários e carga horária.	1
O trecho “ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, respeitando a realidade local”, da deliberação 52/2011, deve migrar para o eixo gestão dos serviços.	1
O trecho “a implantação da unidade estatal CRAS deve ser realizada de acordo com a NOB-SUAS”, da deliberação 52/2011, deve migrar para o eixo gestão dos SUAS.	1

EIXO IV – GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.

AVANÇOS

Descrição	Ocorrências
Houve garantia de recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências por meio da contratação de Assessoria, o que facilitou a sistematização do monitoramento e acompanhamento das deliberações.	26
Houve criação de canais de comunicação, porém ainda não funcionam de forma efetiva, pois não ocorrem em todos os órgãos como ONGs e outras instituições com objetivos socioeducativos – essa comunicação ocorre somente entre CRAS e CREAS e não atende a real demanda de comunicação entre os profissionais da rede e os usuários. Há necessidade de um cadastramento dessas instituições, para o recebimento de notícias e para a construção de um próprio site para ampliação da rede. Falta uma linguagem mais acessível aos usuários e necessidade de mais divulgação e publicização dos meios.	17
Existência do banco de dados informatizado facilita o acesso aos dados dos usuários (famílias) de maneira detalhada.	12
Orientação do COMAS para acompanhamento do processo do programa bolsa família com a criação da comissão de controle social do programa.	6
Acompanhamento efetivo e monitoramento frequente da concessão de benefícios e de Programas de Transferência de Renda sob a responsabilidade do município. Houve a criação, porém ela não realiza acompanhamento e intervenções efetivas.	5
Consolidação do CRAS em espaço próprio, implantação do CREAS e ampliação da rede de serviços conveniada.	2
Os programas de transferência de renda, através da concessão dos benefícios, conseguiram retirar muitos usuários do estado de miséria.	2
Realização das duas audiências públicas para o Conferir, em 2013.	2
Em muitas das deliberações podemos observar que o maior avanço é a implantação e a concretização dos trabalhos e projetos oferecidos.	1
Aumento da participação dos usuários nesta conferência com maior conscientização dos mesmos.	1
Inicialização da implantação de recursos aos beneficiários.	1
As deliberações implementadas foram um avanço no que se refere à importância de informações, para a garantia de desenvolvimento de um trabalho com qualidade a fim de contemplar o usuário e suas necessidades.	1
Diversificação de serviços em Ermelino Mattarazzo.	1

DIFICULDADES

Descrição	Ocorrências
É necessário alinhamento e aprimoramento de um sistema de comunicação que atenda a política pública de Assistência Social, que contemple os trabalhadores sociais (conveniados e servidores) e usuários desses serviços, com as seguintes questões: divulgação; linguagem acessível; integração (das secretarias, organizações, serviços e usuários, Saúde, Assistência, Educação; Previdência; Habitação), que tenha efetividade e funcionalidade, além de flexibilidade no cadastramento.	25
Dificuldade na ampliação do quadro de RH com realização de concursos públicos e	16

eventuais contratações emergenciais,	
Ausência de formação continuada.	8
O banco de dados referente às demandas e ao oferecimento dos serviços socioassistenciais deve ser unificado a toda rede de todos os âmbitos para agilizar as intervenções; o banco de dados ainda está falho no que diz respeito às informações relativas aos benefícios (usuário x serviços), pois nem sempre as informações, como bolsa família, renda mínima e outros chegam a tempo aos usuários cadastrados; os formulários/bancos de dados solicitam informações repetitivas, o que dificulta o preenchimento dos formulários; faltam profissionais nos CRAS e CREAS para alimentar o sistema do banco de dados; o SISCRAS é um sistema que ainda está em fase de implantação e testes em 4 CRAS; nem todos os CRAS e CREAS são informatizados.	7
Falta de mecanismos para estabelecer a inter-relação entre os profissionais socioassistenciais.	7
Há informação, porém faltam divulgação e acessibilidade à população e aos trabalhadores, usuários e órgãos representativos.	7
Insuficiência de recursos financeiros para contratação de capacitação dos Recursos Humanos atendendo as necessidades dos serviços, garantindo o direito ao adicional de insalubridade e periculosidade dos profissionais.	6
Pouca valorização financeira dos profissionais que desenvolvem os serviços socioassistenciais direta e indireta com plano de carreira adequado as necessidades dos trabalhadores.	6
Ausência de autonomia orçamentária, financeira e administrativa para SAS/CRAS/CREAS para desempenharem suas atividades na região.	4
Oferta de serviços insuficientes para atender as demandas locais com suas especificidades no que se refere à qualificação, adequação e acessibilidade dos programas, serviços e projetos.	4
Falta de recurso financeiro para infraestrutura adequada de administração geral da política, controle social, atendimento do usuário e qualificação profissional para a efetivação e consolidação dos equipamentos e serviços socioassistenciais.	4
Acesso, integração, atualização, monitoramento e divulgação dos dados captados pelos serviços da rede para usuários e profissionais.	3
Ausência de um processo transparente e compartilhado de controle e monitoramento que garanta a qualidade e efetividade da prestação de serviços e benefícios à população em geral.	3
O acesso a publicações atuais precisam ser mais divulgados, como <i>facebook</i> e jornal eletrônico, pois nem todos sabem dessas informações. Dificuldade em obter informações em tempo real, porque o site não tem alimentação contínua. Aumentar a divulgação dos projetos.	3
Não há como exercer o controle social do PBF sem o real diagnóstico sobre a situação atual dos PTRs na cidade e com desdobramento e representação da instância que executa, efetivamente, o trabalho de inclusão e acompanhamento das famílias beneficiárias de PTRs. As exigências dos próprios PTR, que na maioria das vezes, ao invés de beneficiar as famílias necessitadas, acabam excluindo-as.	3
Falta ação colegiada e compartilhada de forma integrada entre a rede estatal e seus conveniados por ações e intervenções com os usuários; Não existe a implementação da comunicação entre gestores e executores e a integração de projetos, para que os serviços funcionem de forma articulada.	3

Ausência de transparência no processo de construção do funcionamento da política de Assistência Social. Há ausência de transparência no processo de construção de uma política de gestão de serviços, programas e projetos. Ex: Preparatório de audiência pública com antecedência; criação e publicação de editais e portarias; informações de normas técnicas com antecedência.	3
Ausência de programa e projetos de supervisão institucional objetivando a qualidade dos serviços socioassistenciais por meio da formação do apoio e de cuidados aos trabalhadores sociais para o desempenho de suas funções.	2
Dificuldade de acessibilidade arquitetônica e física dos prédios em que funcionam os serviços; Necessidade de ampliação e flexibilização de orçamento para adaptação de espaços.	2
Necessidade de ações de conscientização e diálogo para conhecimento dos usuários sobre serviços oferecidos pela Assistência Social, e motivação para que eles façam uso destes serviços. Não há avaliação dos serviços pelos usuários.	2
Revisão da portaria 46 relacionada a RH.	1
A limitação dos participantes, sobretudo dos usuários, no desenvolvimento das Pré-conferências.	1
A deliberação 54/2011 consta como implementada, mas ainda não foi.	1
Dificuldade/planejamento/implantação dentro de um plano de meta proposto, e definição de curto prazo na implementação.	1
Falta de divulgação das pré-conferências em forma de placas, faixas, cartazes e <i>folders</i> nos locais que serão realizadas e nos estabelecimentos de serviços de assistência social.	1
Obteve-se um avanço na contratação da assessoria e da comissão como um todo, mas novamente houve falha na divulgação e esclarecimentos.	1
O município tem diferentes realidades e a política deve se adequar as especificidades dos territórios – flexibilização da política de assistência para adaptação à realidade em cada território.	1
Necessidade de que todos os projetos sejam regulamentados por lei, para que quando o governo mudar garanta-se a continuidade do projeto, isso faria com que houvesse uma maior interação intersetorial e entre e as três esferas do poder. Fortalecer e efetivar a rede interestadual através de ações regulamentadas por portarias. Projetos de Lei e decretos intersecretariais.	1
Falta de políticas públicas para planejamento, execução e controle dos recursos.	1
Regularização da 13ª parcela e do dissídio anual.	1
Recursos financeiros para beneficiar de forma igualitária os usuários através do repasse para a locação de imóveis.	1
Falta de vagas em creches, CCA, atendimento à população idosa no Jabaquara, devido a aumento da demanda e estagnação da oferta agravado pela dificuldade de locação de imóveis adequados para a abertura de novos serviços.	1
Necessidade de mudar o paradigma do trabalho socioassistencial, de modo a promover o empoderamento da comunidade e famílias para garantir o desenvolvimento territorial	1
Existem projetos, porem não ocorre efetivação na execução, comunicação e veiculação das mesmas, devido à burocracia existente.	1
Ausência de serviço socioassistencial no território para atendimento à população em situação de rua e dependentes químicos, articulado entre assistência social e saúde.	1

OBSERVAÇÕES

Descrição	Ocorrências
O avanço relacionado à comunicação é quase inexistente, dificultando o acesso do serviço junto à rede. Existência da ferramenta de comunicação sem divulgação e instrução de uso. O meio de comunicação via e-mail e informativo não é um sistema de fácil acesso. O site da assistência social necessita de mais publicização, principalmente na rede social. É preciso a existência de meios de comunicação que não seja apenas o virtual, como o guia de serviços da rede social.	9
SISCRAS está criado e em teste em apenas 4 CRAS, logo não pode ser considerado implantado; O banco de dados do SISCRAS é desconhecido e precisa ser mais divulgado e ter funcionamento efetivo; Garantir a presença do Poder Público para elucidar melhor o banco de dados do cidadão.	3
Identificou-se a ausência da garantia de recursos orçamentários constantes na deliberação 31/2009.	2
As deliberações dos anos anteriores estão com uma demora muito grande para sua implementação.	1
Não existência de um posto de distribuição de remédios de alto custo na região Sul.	1
Acessibilidade, pois tem pessoas que não tem poder aquisitivo devido à vulnerabilidade.	1
A meta 43/2009 não foi implementada, porque não há sistema de comunicação com instrumentais adequadas e acessíveis aos diversos segmentos. Para atingi-la, precisa-se implementar também as deliberações 18, 19, 20, 03 e 51 em toda a cidade.	1
É necessário ter uma linguagem mais acessível com maior clareza e síntese nos processos de relatoria. Os materiais de conteúdo precisam ser disponibilizados antes para que as pessoas possam estudar sobre os temas e se apropriar dos conteúdos.	1
Ampliação da rede acompanhada de ampliação do quadro de RH.	1
Para garantia da participação do usuário nos espaços de deliberação é necessário prever custos (transporte, alimentação etc.).	1
Necessidade de formação profissional de jovens, adultos e idosos visando ao mercado de trabalho.	1
Existe dificuldade do funcionamento e efetividade nas ações e gestão dos processos de monitoramento.	1
BDC está inativo e é referente aos PTRs municipais.	1
Criar canais de comunicação dos Usuários com a Gestão do Poder Público para Avaliação dos Serviços Socioassistenciais, sistematizá-los e transformá-los em indicadores de avaliação de desempenho do trabalho oferecido pelos serviços da Assistência Social juntamente à DEMES e apontados na RESUP.	1
Necessidade de fortalecer a rede, de forma a garantir articulação interdisciplinar dos serviços socioassistenciais com Educação, Saúde, Lazer e Esporte, Trabalho e outras.	1
Garantir que seja previsto e implementado nos serviços da rede socioassistencial o empoderamento comunitário e desenvolvimento territorial, com mais recursos humanos e materiais.	1
Ampliação do serviço que atenda deficientes físicos, mentais e intelectuais com equipe multiprofissional e multidisciplinar que atendam todas as demandas específicas de cada deficiência e explore o potencial latente dos deficientes para que eles evoluam em suas habilidades, com a criação de uma unidade em Perus.	1

**EIXO V – GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS.
AVANÇOS**

Descrição	Ocorrências
Instalação da comissão do controle social; acompanhamento efetivo e monitoramento frequente da concessão de benefícios e de Programas de Transferência de Renda sob responsabilidade do município; processo de monitoramento do SUAS junto aos serviços conveniados e não conveniados, por identificar a vulnerabilidade dentro do território; melhora na avaliação e monitoramento das famílias referenciadas no CRAS e SASF, proporcionando diminuição significativa no descumprimento de condicionalidade escolar; o COMAS está monitorando o cadastramento através do CRAS, pressionando o município.	12
Descentralização da gestão dos programas de transferência de renda em São Paulo, com a gerência e o cadastramento no CRAS (presença dos cadastradores nos CRAS), facilitando o acesso dos usuários, apesar de não atender ainda toda a demanda; informatização do cadastro permitiu maior agilidade na inscrição e concessão dos PTR; reuniões de orientação das famílias sobre programas de transferência de renda anterior ao cadastro favorecendo a compreensão dos critérios para participação nesses programas; reconhecimento de que esses programas são de responsabilidade da Assistência Social.	11
Ampliação do atendimento do número de famílias pelos serviços socioassistenciais, facilitando o acesso aos serviços. Exemplos: Implantação de outros NAIS que facilitam o acesso de pessoas com deficiência ao BPC – Benefício de Proteção Continuada; Inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade social e de moradores de cortiço na região de Pinheiros nos PTR; inserção de famílias das crianças e adolescentes institucionalizados nos PTR; acesso dos jovens atendidos na rede socioassistencial ao programa “Ação Jovem”.	9
Ampliação dos serviços de prestação direta facilitando o acesso para melhor atendimento do usuário. Exemplos: Implantação do CREAS e a divisão de distrito Jaçanã/Tremembé; Criação do CRAS na Vila Medeiros; Implantação do CREAS e do CRAS no Jabaquara; Criação de 3 CRAS e 1 CREAS na região da Freguesia do Ó e Brasilândia.	5
Melhor articulação com outras secretarias e ampliação da rede de serviços socioassistenciais e do programa Bolsa Família com outros serviços.	4
Dotação orçamentária para transporte e alimentação para os conselheiros da sociedade civil, especialmente para os usuários, visando à participação nas reuniões e demais atividades.	3
Aumento do número de equipamentos socioassistenciais em parcerias com ONGs. Exemplo: Criação do Centro de Defesa e Convivência da Mulher na Vila Maria e do Núcleo de Convivência de Idosos.	2
A criação do Protocolo de Gestão Integrada: Documento Federal do MDS que coloca a articulação entre os serviços, benefícios e programas, que possibilitam além do benefício, o acompanhamento da família através do serviço de atendimento.	2
A relação entre o poder público (Assistência Social) e as Organizações Não Governamentais, a partir da construção de um conceito de parceria mais horizontal, reconhece as ONGs como integrantes da Rede SUAS.	2
Apesar da inadequação dos números de CRAS, as famílias que conseguem atendimento estão tendo maior qualidade nos serviços.	2

Estabelecimento de parcerias para formação profissional.	2
Desvincular os CRAS da subprefeitura e colocá-los nos territórios de referência.	1
Criação do programa Brasil Carinhoso.	1
Remoção das famílias que residiam em área de risco do córrego Canivete, implantação de parque linear no local e a transferência do CCA para um local adequado, ampliando a capacidade de atendimento.	1
Ampliação do atendimento do CRAS, o que priorizou a assistência a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social com medida protetiva de acolhimento institucional.	1
Melhora na garantia dos direitos de acessibilidade do idoso. Exemplo: Criação do bilhete especial da SPTrans, garantindo gratuidade para idosos no transporte público, no âmbito municipal e interestadual, conquistado pela luta do Conselho do Idoso.	1
Acesso à informação para os técnicos.	1
Ocorreu a Interconferência de São Paulo, melhorou as condições de participação da Sociedade Civil e os demais itens estão em andamento (deliberação 43/2011).	1
Implementação do Programa Carteira do Idoso que é feito através do CRAS.	1
Oportunidade de acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), através da Lei Orgânica da Assistência Social, como forma do fortalecimento familiar.	1

DIFICULDADES

Descrição	Ocorrências
Programas de transferência de renda: burocratização ao acesso dos benefícios sociais; demora excessiva para a contemplação; falta de transparência das informações e informações entre o período de cadastro e contemplação ou não contemplação dos programas de transferência de renda; dificuldade de acesso aos benefícios por falta de informação; a família não consegue cumprir a condicionalidade do programa de renda, uma vez que o Estado não oferece equipamentos sociais suficientes e com qualidade devida; falta de atualização das cartilhas de benefícios e programas de transferência de renda.	14
Falta de articulação e políticas intersecretoriais (entre as secretarias). Exemplo: banco de dados <i>online</i> entre as secretarias da Educação, Saúde e Assistência; profissionais da nutrição que deverão ser contratados pela Secretaria de Saúde; projeto em conjunto com a Secretaria de Abastecimento que vá além da elaboração de material técnico.	10
Não cumprimento pelo município no atendimento ao quadro mínimo exigido de profissionais e especificação do profissional de serviço social, conforme determina a NOB –RH; Recursos humanos e físicos insuficientes para garantir o acesso das famílias às políticas de assistência social tanto quanto sua permanência e efetividade. Exemplos: psicólogo, pedagogo e assistente social, cadastro, informações.	9
Instauração da ordem interna nº 2/SMADS/2012 que precariza a concessão dos benefícios eventuais, tais como, cesta básica, vale transporte entre outros, principalmente o valor de repasse da verba para tal. Condiciona o técnico a relatar situações do usuário para concessão do benefício; Reavaliação dos critérios utilizados na distribuição da verba e falta de autonomia para administrar os benefícios eventuais, conforme as necessidades de cada território.	6

Serviços oferecidos são insuficientes devido a um território extenso e vulnerável. Exemplos: CRAS de referência fica muito distante do território de vulnerabilidade dos usuários; Déficit de CJ, CREAS e CRAS para o território da Ponte Rasa; apenas um CRAS e um SASF que atende parcialmente o distrito de Raposo Tavares; ausência do CREAS em várias regiões.	5
Critério de inclusão nos programas de transferência de renda com renda per capita incompatível com a realidade de São Paulo.	4
Não existência de uma rede entre os diferentes serviços / Dificuldade de articulação dos profissionais das organizações socioassistenciais (setor público e terceiro setor), o que prejudica o trabalho em rede.	4
Falta de informação dos serviços socioassistenciais para a população e relativas ao BPC; Sistema informatizado atual não garante que o usuário tenha informação precisa e também dificulta a inclusão de novos beneficiários pelo técnico e que não dá autonomia ao mesmo.	4
Necessidade de fiscalização do processo de todos os serviços socioassistenciais.	3
Necessidade de transporte para os usuários que participam dos programas.	3
Falta de capacitação dos trabalhadores do SUAS nas especificidades dos benefícios e sobre os serviços socioassistenciais.	3
Não apresenta uma forma prática e eficiente de pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e direitos socioassistenciais.	3
Dificuldade para cadastrar usuários no Renda Mínima e renda cidadã, pelo fato de não haver pagamento do benefício desde o início do ano. Falta esclarecimento referente à falta de pagamento dos benefícios “renda mínima e renda cidadã”.	3
O SASF faz o acompanhamento, mas não tem acesso ao sistema. O CRAS faz o cadastramento, mas não acompanha os beneficiários por falta de RH.	3
A participação social é dificultada pela falta de comprometimento das famílias com os seus trabalhos (formal e informal), pela dificuldade de deslocamento, por serem cuidadores de crianças, idosos e deficientes, e acesso as informações sobre os serviços socioassistenciais; acessibilidade às audiências públicas (horários e dias inadequados)	2
Verba insuficiente para atender às demandas de benefícios eventuais.	2
Dificuldade de contemplação nos PTR pela suspensão do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal – PGRFMM.	2
Ainda não foram instalados os conselhos gestores dos programas de transferência de renda, conforme previstos na legislação.	2
Atualmente, o papel do trabalhador social está em processo de redefinição. Há dificuldade no fluxo de informações, da participação social, além da procura pelos serviços ser unidirecional somente pelo usuário.	1
O valor do benefício (BPC), de apenas 1 (um) salário mínimo, não supre as necessidades básicas do beneficiário.	1
Os usuários não tem autonomia em escolher sua alimentação referente à cesta básica do benefício oferecido.	1
Falta de informação sobre o número de beneficiários atendidos pelos programas de transferência de renda.	1
Dificuldade na operacionalização do sistema de referência /contrarreferência da rede de apoio socioassistencial e das outras políticas públicas.	1
Falta de programas e serviços para idosos em situação de risco pessoal e social.	1

OBSERVAÇÕES

Descrição	Ocorrências
Os participantes querem que o benefício seja adequado à restrição alimentar de cada família (deliberação 55/2011).	2
Proposta 55 não está clara e não condiz com o enunciado da proposta.	2
Centralização da concessão do benefício de passagem em um serviço conveniado da regional de Santana acarretou uma sobrecarga da região.	1
Mesmo com a efetivação dos CRAS e CREAS, ainda não estão obedecendo totalmente ao que determina o SUAS.	1
Dificuldade de articulação intersetorial, principalmente com a política da educação.	1
Os participantes mantêm a questão 33/2009, mas que deve ser feita uma comunicação entre os setores e um diálogo entre as secretarias.	1
Os participantes querem que seja estabelecido um prazo para a dotação orçamentária (deliberação 36/2011).	1
O grupo decide não manter a deliberação 56/2011 por não concordar com o enunciado.	1
Ampliação do aumento de 30% no valor do benefício não apenas para o “Programa Renda Mínima”, mas também para outros programas (deliberação 56)	1
Falta implantar a realização de audiência pública para o diagnóstico dos programas de transparência de renda implantados na cidade – prazo: outubro de 2013	1
A proposta 14 garante apenas a alimentação, mas não garante o transporte e não tem um prazo definido.	1

EIXO VI – REGIONALIZAÇÃO.

AVANÇOS

Descrição	Ocorrências
Ampliação e descentralização dos serviços da rede socioassistencial e de proteção básica em várias regiões, com abertura de mais CRAS, CREAS, SASF, CCA, CJ, Núcleo Convivência do Idoso - NCI, Núcleo de Atendimento e Inclusão a Crianças e Adolescentes com Deficiência - NAIS, NPJ, SAICA, Centro de Defesa e Cidadania da Mulher – CDCM, República Jovem.	18
Garantia de recursos para a Comissão de Controle e Monitoramento das Deliberações das Conferências.	4
Contratação de profissionais: assistentes técnicos nos CCAs; advogados nos NPJ; psicólogos e assistentes sociais nos NCIs	3
Criação de um Comitê Gestor Municipal para trabalhar a intersectorialidade e promover ações a partir da criação de programas intersectoriais com as políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Cultura, Transporte, Esporte), além de garantir um plano de comunicação efetivo e integrado para atendimento da população em situação de extrema pobreza.	2
A compilação e a divulgação dos serviços facilitam o trabalho dos técnicos e a orientação aos usuários.	2
Avanço da comunicação está muito focado na questão do avanço eletrônico, mas não podemos esquecer que foi criada a função de agentes comunitários que fazem este papel de divulgação e acompanhamento. Comunicação entre os serviços CRAS e CREAS.	2
Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	2
Atividades de lazer (preventivas e de proteção) para os idosos na região.	1
Transformação do programa Ação Família para serviço SASF.	1
Profissionais estão indo até o usuário para identificar emendas e provocar a intersectorialidade.	1
Aumento dos serviços socioeducativos.	1
Não houve avanço na conferência e pouco avanço na assistência realizada ao bairro. Houve a implantação de alguns novos serviços.	1
Ampliação da verba da rede social e flexibilização na aquisição de itens de consumo previstos no convênio.	1
SISRUA - Sistema de Integração Social;	1
Qualificação aos trabalhadores sociais, embora deficitária.	1
Comunicação que permite a apropriação dos conteúdos da política de assistência social.	1
Implantação de serviço de proteção especial de alta complexidade (Casa Zizi).	1
O fim das CAS.	1
Rede FOCAAR (Formosa, Carrão e Aricanduva).	1
Oportunidade de discussão de casos com o Judiciário.	1
Supervisão coletiva com coordenação da SAS, que possibilitou uma maior integração da gestão do serviço.	1
Implantação do serviço de acolhimento, para crianças, adolescentes e idosos.	1

Ampliação da capacidade de atendimento dos CCAs da região.	1
Maior participação de usuários e trabalhadores nos processos da conferência municipal de assistência social.	1
Mudança da gestão da Subprefeitura para a SAS, conferindo maior agilidade e autonomia aos equipamentos para o trabalho de assistência aos usuários e melhorando o fluxo de informações sobre os encaminhamentos realizados pelas entidades sociais, com maior referência no CRAS, CREAS e SAS.	1
Percepção das diversidades étnica e cultural do território, com presença de população de origem estrangeira.	1

DIFICULDADES

Descrição	Ocorrências
Ausência de articulação entre as diferentes secretarias, serviços e políticas para o atendimento da população.	6
Necessidade de elaboração e implementação de plano de formação e capacitação continuada para usuários, trabalhadores sociais, lideranças regionais, conselheiros eleitos, gestores e organizações sociais, visando à implementação da política de assistência social e a elevação da qualidade na prestação de serviços.	5
Falta de RH para o atendimento na proteção básica e especial	4
A compilação e a divulgação dos serviços socioassistenciais, que facilita o trabalho dos técnicos e orientação aos usuários, não são atualizadas.	4
Falta de integração intersetorial das políticas públicas (habitação, educação, saúde, assistência social etc.).	4
Acesso a informação sobre política de assistência social é insuficiente.	3
Rede de serviços insuficientes para atender as necessidades da região.	3
É um número grande de instrumentais para serem preenchidos durante o atendimento, o que dificulta o trabalho.	2
Necessidade de regularização fundiária e urbanização.	2
Urgência de criar plano de divulgação dos dados da assistência social, do decálogo e dos serviços disponíveis através de diversos meios de comunicação com linguagem acessível ao usuário.	2
Pouca participação dos usuários nos espaços de exercício do controle social no SUAS.	2
SMADS não tem recursos suficientes para implementação e sustentação da política de assistência social.	2
Necessidade de ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas.	2
Dificuldade na apresentação dos dados dos serviços para o observatório, que é quantitativo e não quanti/qualitativo e os dados dos vários serviços não são utilizados para diagnóstico da região para implementação de novos serviços da rede; Falta acesso e publicização dos dados sistematizados pela SMADS que são utilizados para subsidiar suas ações.	2
Burocratização do acesso às políticas para garantir os direitos.	1
As estatísticas socioeconômicas “mascaram” as diferentes necessidades do território que demandam diferentes investimentos.	1
Locação de imóveis na região /oferta inadequada: presença de mananciais, documentação irregular, infraestrutura inadequada.	1

Necessidade de comunicação e parceria com o Setor de Educação (“Serviço socioassistencial conhece a Escola, mas a Escola não nos conhece”).	1
Falta de CJs com maior diversidade de cursos e atividades e melhor infraestrutura.	1
Falta de reconhecimento do território e o descaso do poder público.	1
Necessidade de implantação de serviços da Proteção Social Especial.	1
A comunicação entre setores (CRAS, CREAS, postos de saúde, hospitais) é precária e dificulta o acesso dos usuários a informação.	1
A dificuldade na compreensão da linguagem das conferências.	1
Algumas perguntas dos formulários de cadastramento inibem o usuário. Ex: “Seu filho já foi abusado”.	1
Oferta de serviços (PSE e PSB) incompatíveis com a demanda em decorrência tanto de a região ser de alta vulnerabilidade (1/3 da população) quanto por se tratar de região fronteira;	1
Monitorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público e pela rede conveniada dentro do território.	1
É preciso que o poder público tenha um olhar diferenciado para os territórios com características rurais, pois este aspecto gera dificuldades de acesso aos serviços da rede (transporte, internet) e aos PTR, bem como é necessário ampliar o quadro de RH dos serviços do território, ressaltamos que apesar do aumento dos serviços, ainda é necessário mais ampliação dos mesmos.	1
Dificuldade de acesso dos usuários aos serviços devido à falta de transporte circular para a rede conveniada.	1
Falta de dados sobre as pessoas não atendidas no SISRUA.	1
O fechamento das CAS.	1
Ausência de serviços na região de maior vulnerabilidade da Capela do Socorro.	1
Território diluído em sua especificidade nas deliberações das conferências.	1
Não implantação do SUAS na cidade de São Paulo;	1
Falta de infraestrutura nos centros de acolhida.	1
Trabalhadores da assistência social tem pouca autonomia em relação aos gestores e organizações.	1
Demanda crescente de imigrantes e dificuldade de garantia do atendimento dessa população.	1
Aumento da incidência de violência, tráfico de drogas, prostituição infantil, criminalidade, população flutuante; ação opressiva da Polícia Militar e ausência de fiscalização no território.	1
Falta de normatização para os conselhos gestores por SMADS.	1
Necessidade de colocar a comunicação como um grande guarda-chuva, principalmente no eixo de discussão de regionalização, onde é preciso um território que se comunique e se articule. Comunicação entre secretarias, entre serviços. Quando há várias lutas, mas que não se comunicam e não criam visibilidade.	1
Dificuldade por parte do setor público em compreender as demandas das ONGs.	1
Difícil acesso dos trabalhadores e trabalhadoras sociais aos fóruns de deliberação de políticas de assistência social por conta de uma hierarquização dentro das instituições, ONGs e Poder Público.	1
Não repasse de verba da prefeitura para contratação de profissional administrativo para serviços com menos de 210 usuários.	1
Assistência social absorve as demandas de outros setores (saúde, educação etc.)	1
Quantidade insuficiente de CRAS em M’Boi Mirim.	1

Não há garantia de participação dos usuários na implementação das políticas públicas de assistência social em seu nível mais local (CRAS, CREAS, organizações etc.).	1
Falta de diversidade de serviços em São Miguel, tais como novos centros de acolhida para idosos e mulheres.	1
Demanda de usuários é maior do que a oferta de serviços nas regiões, resultando em necessidade de deslocamento dos usuários para outras regiões, sem uma política que garanta o acesso ao transporte coletivo gratuito.	1
Das propostas feitas na Conferência de Assistência Social de 2009, 0% foi implementada, e das deliberações da Conferência de 2011, 5% (apenas uma) foi implementada.	1
Os trabalhadores sociais não percebem que o FAS (Fórum de Assistência Social) e o COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social), como instâncias de participação, tem atuado de maneira representativa. Mesmo que comunicando atividades, divulga em canais de difícil acesso. Grande parte da ineficiência do serviço de assistência social deriva da desarticulação e não comunicação dos serviços que estão na rede, espaços que o FAS e COMAS deveriam incentivar e cultivar, o que impede um protagonismo efetivo dos trabalhadores sociais e usuários na elaboração e participação das políticas de assistência social.	1
Falta de verba para contemplar o atendimento em localidades de difícil acesso.	1

OBSERVAÇÕES

Descrição	Ocorrências
Acrescentar à deliberação 55/2011: que a alimentação seja diversificada, nutricionalmente balanceada e adequada à necessidade do usuário. É prioridade garantir acesso aos alimentos, antes mesmo da elaboração do material técnico (prazo de implantação desta deliberação seja para o 2º semestre de 2013).	2
A população não tem acesso à informação, pois o poder público não oferece os canais de comunicação adequados.	1
A deliberação 43/2009 não foi implantada de fato, pois há vários problemas com falta de comunicação.	1
Reforçar a necessidade de implementação efetiva e imediata da deliberação 29/2011.	1
Necessidade de estabelecer prazo para a implementação da deliberação 48/2011.	1
A participação do usuário nas audiências ainda é precária devido à falta de informação e realização distante dos territórios.	1
A distribuição das informações é restrita e a linguagem é difícil para os usuários.	1
Necessidade de revisão da portaria 46/47 (COMAS – FAS – SMADS) a curto prazo.	1
Abrir um campo nos sistema SISRUA para ter dados sobre a demanda de pessoas não atendidas em centros de acolhida .	1
Acompanhar o aumento do quadro de funcionários, absorvendo trabalhadores da região.	1
Colocar a proposta 43 como prioridade nas recomendações.	1
Em termos de intersectorialidade, houve um aumento na oferta de Serviços de Saúde.	1
Maior presença de vigilância sanitária nos albergues.	1
Deliberação 56/2011 recomendada, porém é pertinente ao Eixo 1 - cofinanciamento, já que se refere à questão orçamentária.	2

Deliberação 67/2009: Faltou justificativa e prazo expirado.	1
Qualificar os fóruns locais e municipais sobre questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	1
Deliberação 52/2011 precisa ser discutida na Gestão do Trabalho.	1
As organizações devem ser entendidas como serviços parceiros e não como prestadoras de serviços.	1
A deliberação 04/2011 não está em andamento.	1
Implantação de CRAS em M'Boi Mirim não segue as diretrizes da lei NOB/SUAS de 2005 garantindo 1 CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas	1
Houve uma maior participação de jovens e idosos na pré-conferência.	1
O fato do observatório não ser territorial implica na dificuldade de visibilidade dos pontos regionais.	1
Falta de contrarreferencia para os encaminhamentos, sobretudo com populações imigrantes.	1
Dificuldade de contemplar o atendimento das populações das regiões limítrofes entre Cajamar, Perus e Anhanguera.	1
Moção de repúdio a respeito do orçamento gasto na deliberação 43/2009.	1
Moção de repúdio sobre precariedade da infraestrutura do CRAS Cidade Tiradentes.	1